

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXVI nº 1434 | 11/06/2018 a 17/06/2018

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

PAP 2018/19

CONQUISTAS PARA O CAMPO

sistemafaep.org.br

Aos leitores

Em meio aos prejuízos gerados pelo clima e a greve dos caminhoneiros, o agronegócio paranaense recebeu uma boa notícia, que traz um pouco de alento. O Plano Agrícola e Pecuário 2018/19 permite ao produtor rural mais tranquilidade na hora de planejar a safra e os investimentos.

Dentro do contexto geral, itens específicos atendem pontualmente o produtor paranaense. A piscicultura, com crescimento no Estado, passou a fazer parte dos financiamentos de custeio. Ou seja, o produtor pode tomar de R\$ 200 mil a R\$ 500 mil, dependendo da modalidade de integração, recurso que irá permitir alavancar ainda mais a atividade.

Outra boa notícia está no aumento do limite do Programa ABC. A medida tem o objetivo financiar práticas e tecnologias agropecuárias sustentáveis, ou seja, alinhado com o ProSolo, programa com participação ativa do Sistema FAEP/SENAR-PR para resgatar as boas práticas agrícolas no Estado. Ainda, a taxa de juros diferenciadas para o financiamento de construção de armazéns permite combater um problema crônico do Estado, a falta de espaço para a safra paranaense, já relatado diversas vezes nas páginas deste Boletim.

Claro que algumas demandas ficaram aquém da necessidade do campo. Mas de uma forma geral, o PAP 2018/19 reúne conquistas importantes para os produtores. Muitas delas com contribuição do documento elaborado pela FAEP, Ocepar e Seab. Agora é trabalhar para mais uma grande safra estadual.

Boa leitura!

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oradi Francisco Caldatto, Ivo Pierin Júnior e Valdemar da Silva Melato | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita
Diretores Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Paulo José Buso Júnior | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro | **Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Julio Cesar Meneguetti e Mario Aluizio Zafanelli

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | Presidente: Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Geraldo Melo Filho

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social e Edição: Carlos Guimarães Filho
Redação e Revisão: André Amorim e Antonio Carlos Senkovski
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figuei
Contato: imprensa@faep.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pedese citar a fonte.

Fotos da Edição 1434:

Fernando Santos, Milton Doria, Wenderson Araujo, divulgação, shutterstock e arquivo FAEP

ÍNDICE

PAP 2018/19

Condições de financiamento do governo federal para a próxima safra tiveram contribuição de propostas elaboradas pela FAEP, Ocepar e Seab

PÁG. 3

ESOCIAL

FAEP promove cursos sobre o novo sistema eletrônico de registro para os funcionários dos Sindicatos Rurais

Pág. 8

DESCARTE

IAP dispensa licenciamento ambiental para a destruição e/ou descarte de animais mortos por falta de alimentos

Pág. 9

GREVE DOS CAMINHONEIROS

Após paralisação, agronegócio retoma a normalidade, ao mesmo tempo em que contabiliza os prejuízos

Pág. 10

SAFRA DE INVERNO

Técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR elaboram guia para os produtores não perderem os direitos em caso de perdas

Pág. 12

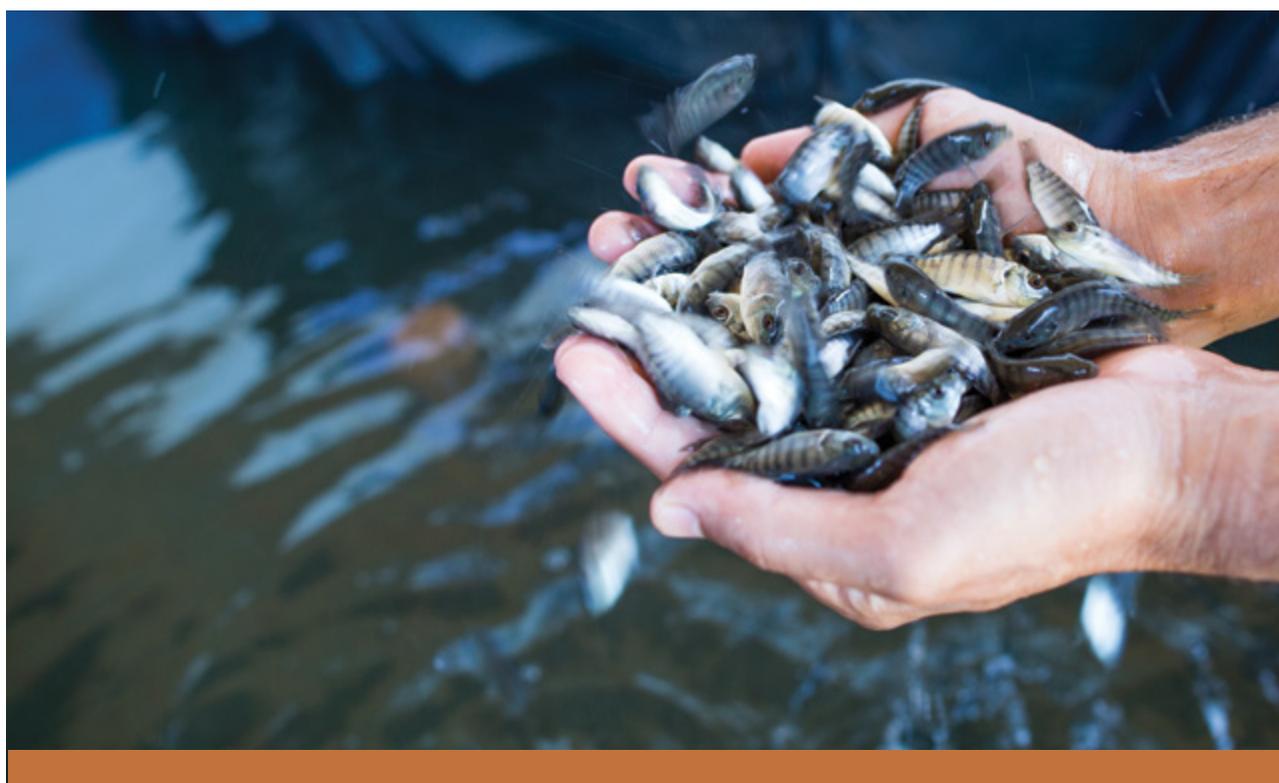
OIE

Paraná está pleiteando a antecipação do status de área livre de febre aftosa sem vacinação para 2020

Pág. 15

Plano Agrícola 2018/19 traz conquistas aos produtores rurais

Propostas elaboradas em conjunto pela FAEP, Ocepar e Seab contribuíram para o desenvolvimento das novidades no Programa ABC, Inovagro, piscicultura, construção de armazéns e redução de juros



O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) divulgou, na quarta-feira (6), o Plano Agrícola e Pecuário 2018/19, que estabelece a política de financiamento da produção agropecuária nacional, do seguro rural e de apoio à comercialização da agricultura empresarial. As condições de financiamento da produção poderão ser acessadas pelos produtores rurais no período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

O documento elaborado em conjunto pela FAEP, Ocepar e Seab contribuiu para as importantes conquistas aos produtores rurais. Propostas desenvolvidas pelas entidades,

a partir de estudos e contribuições dos sindicatos rurais, produtores e cooperativas, foram adotadas integralmente e permitiram mudanças no Programa ABC, Inovagro, piscicultura e construção de armazéns. Já as propostas para o volume de recursos ao crédito rural e a redução da taxa de juros tiveram parte adotadas, que também beneficiam o campo.

O volume total anunciado é de R\$ 191,1 bilhões. Do montante, são destinados R\$ 151,1 bilhões para o crédito de custeio, dos quais R\$ 118,8 bilhões com juros controlados (taxas fixadas pelo governo) e R\$ 32,3 bilhões com



juros livres de mercado (livre negociação entre a instituição financeira e o produtor). O crédito para investimentos ficou em R\$ 40 bilhões.

Além dos recursos de crédito para custeio e para investimentos de R\$ 191,1 bilhões, estão sendo destinados R\$ 2,6 bilhões para o apoio à comercialização (Aquisição do Governo Federal, contratos de opções, Prêmio para Escamento do Produto, Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural) e previstos R\$ 600 milhões para subvenção ao seguro rural no ano civil de 2019, uma vez que o valor orçado para 2018 é de pouco mais de R\$ 380 milhões.

Para o apoio ao setor cafeeiro, o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira) está destinando R\$ 4,9 bilhões para financiamentos de custeio e de comercialização.

As taxas de juros de custeio foram reduzidas para 6% ao ano para os médios produtores (com renda bruta anual de até R\$ 2 milhões) e para 7% ao ano para os demais. Já as taxas para os financiamentos de investimento ficaram entre 5,25% a.a. e 7,5% ao ano. Parte dos recursos captados em Letras de Crédito do Agronegócio será destinada ao financiamento complementar de custeio e de comercialização, com juros de até 8,5% ao ano.

Uma das novidades do Plano é a inserção da piscicultura integrada nos financiamentos de custeio, com juros

de 7% ao ano. A atividade, assim como a suinocultura e avicultura integradas, conta com até R\$ 200 mil por beneficiário e por atividade. Para cooperativas de produção agropecuária o limite nessa modalidade de financiamento é de R\$ 500 mil (para o conjunto dessa atividade).

Outros destaques são o maior apoio para o financiamento de construção de armazéns com capacidade de até 6 mil toneladas nas propriedades dos pequenos e médios produtores rurais e à recuperação de reserva legal e de áreas de preservação permanente no âmbito do Programa ABC. Para essas finalidades, o governo concede taxas de juros favorecidas de 5,25% ao ano.

O Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), que objetiva financiar práticas e tecnologias agropecuárias sustentáveis, a exemplo dos sistemas integrados Lavoura-Pecuária-Floresta, teve o limite alterado de R\$ 2,2 milhões para R\$ 5 milhões para todas as finalidades financeáveis. A implantação de florestas comerciais já previa esse limite de financiamento.

A pecuária também foi beneficiada com as medidas do governo. O apoio contempla prazo de até dois anos no crédito de custeio para a retenção de matrizes bovinas de leite, suínas, caprinas e ovinas. Também foi aprovada linha de financiamento de até R\$ 50 milhões

para capital de giro a cooperativas de leite, com juros de 7% a.a. e 12 meses de prazo para pagamento. Os pecuaristas também podem contar com empréstimos para aquisição de animais para reprodução ou criação, a juros controlados de 7% ao ano e limite de R\$ 450 mil por beneficiário no ano agrícola.

Para melhorar a produtividade pecuária e a qualidade do rebanho, foi reforçado, dentro do Inovagro (Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária), o apoio para aquisição de matrizes e reprodutores com registro genealógico. O limite de financiamento para essa finalidade aumentou de R\$ 330 mil para R\$ 650 mil por beneficiário.

O limite de renda para o enquadramento dos produtores rurais no Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) foi aumentado. Agora o limite é de R\$ 2 milhões, ante R\$ 1,76 milhão na safra anterior. Além desse benefício, o produtor rural conta com mais flexibilidade para ser enquadrado no Pronamp e se beneficiar das condições do Programa, sendo revogada a condição que exigia ser de no mínimo 80% da renda para enquadramento oriunda das atividades agropecuárias.

Enquadramentos

Foram definidos novos limites de enquadramentos dos produtores rurais conforme a Receita Bruta Anual da atividade sendo:

Pequeno produtor: Até R\$ 415 mil (Resolução Bacen nº 4.665)

Médio produtor: acima de R\$ 415 mil até R\$ 2 milhões (Resolução Bacen nº 4.666)

Grande produtor: acima de R\$ 2 milhões (Resolução Bacen nº 4.666)

Taxas de juros

A resolução Bacen nº 4.668 define a possibilidade de opção pelo produtor rural, no momento da contratação, por qual sistema de remuneração financeira deseja que seja aplicado em seu contrato, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas. Esta alternativa abrangerá 5% do volume total de recursos disponibilizado.

Para as linhas do Pronaf as taxas de juros também foram reduzidas, ficando entre 2,5% a.a. e 4,6% a.a. dependendo do enquadramento e do valor do crédito e também contarão com a opção da taxa pós-fixada.

As taxas pós-fixadas serão compostas por uma parte fixa e outra variável, que é o Fator de Atualização Monetária (FAM), calculado com base na variação do IPCA.

Correspondência entre taxas:

Pré-fixada	Pós-fixada
6,0% a.a.	0,33% a.a. + FAM
7,0 % a.a.	1,28% a.a. + FAM
9,5% a.a.	3,67% a.a. + FAM

O produtor deve tomar a decisão final com cautela e sabendo que corre um risco caso a inflação volte em patamares maiores que 6%, o que, por enquanto, não está aparecendo nas análises do mercado de previsão de inflação futura para 2018 e 2019. Porém, para operações de investimento o risco é muito maior por se tratar de linhas com prazo mais alongado que dois anos e de difícil análise quanto aos rumos da economia.



Avaliação da FAEP do PAP 2018/19

Entre as principais medidas anunciadas, destacam-se:

1. Inclusão do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) como prioritário e com condições diferenciadas de taxa de juros com taxas de 5,25% ao ano. para as finalidades de recuperação de Reserva Legal (RL) e de Áreas de Preservação Permanente (APP). Essa proposta já havia sido apresentada pela FAEP em 2017, que voltou a insistir neste ano devido à necessidade de os produtores realizarem as adequações conforme o Programa de Regularização Ambiental instituído pela Lei 12.651/2012, que teve prorrogada sua adesão até 31/12/2018;

2. Inserção da piscicultura integrada nos financiamentos de custeio, com juros de 7% a.a.. A piscicultura integrada, assim como a suinocultura e avicultura integradas, conta com até R\$ 200 mil por beneficiário e por atividade. Para cooperativas de produção agropecuária o limite nessa modalidade de financiamento é de R\$ 500 mil. A FAEP coordena um Grupo de Trabalho (GT) de Piscicultura em que participam instituições como a Ocepar, Emater, Seab e Adapar, cooperativas e produtores rurais. Foi neste GT que surgiu a proposta de inclusão do financiamento da piscicultura no crédito rural, considerando que o Paraná é o maior produtor nacional de peixes;

3. Priorização do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro) com condições diferenciadas de financiamento, com recursos de R\$ 1,15 bilhão, taxa de juros de 6% ao ano e limite de financiamento de R\$ 1,3 milhão;

4. Taxa de juros diferenciadas de 5,25% a.a. para o financiamento de construção de armazéns com capacidade de até 6 mil toneladas nas propriedades dos pequenos e médios produtores rurais. Vale ressaltar que o Programa de Construção e Ampliação de Armazéns (PCA) foi criado em 2013 a partir de proposta e estudos da FAEP realizados junto aos produtores e às indústrias que produzem armazéns. O objetivo da FAEP é reduzir os problemas de infraestrutura e logística de escoamento da produção em pico de safra e proporcionar ao produtor rural a possibilidade de escolher o melhor momento de escoamento e comercialização de seus produtos;

5. Redução de juros de 1,5%. O governo concedeu uma taxa de juros que atendeu parcialmente o solicitado pela FAEP, de 3%, mas que representará uma economia importante na composição dos custos dos produtores.

Além disso, o volume de recursos anunciados para crédito rural praticamente atende o solicitado pela FAEP, de R\$ 200 bilhões. Na avaliação da FAEP, a redução de gastos com equalização de juros do crédito rural possibilita ao governo federal remanejar recursos para outras políticas agrícolas, como é

o caso do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Porém, o seguro rural não foi considerado prioritário novamente. No anúncio do PAP, a estimativa de orçamento para 2019 é de apenas R\$ 600 milhões, enquanto que a demanda no país é de R\$ 1,2 bilhão.

Vale lembrar que ano passado, quando o governo anunciou R\$ 550 milhões para o seguro rural para 2018, acabou não cumprindo a promessa e pouco mais de R\$ 380 milhões estão previstos no orçamento para este ano, caso não haja novos cortes do orçamento.

A FAEP continuará lutando pela suplementação de recursos ao seguro rural junto ao governo e pelo aperfeiçoamento das coberturas dos seguros rurais, por entender que tão importante política de mitigação de riscos reduz a necessidade de renegociações de dívidas, que são mais onerosas aos produtores e ao Tesouro Nacional.

Além disso, o governo não implementou ainda a proposta da FAEP de criação de um programa de subvenção aos contratos de opção, que pode ser mais eficiente e atender um número maior de produtores do que a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).



Destaques do Plano Agrícola e Pecuário 2018/19

Programa

Crédito Rural

R\$ 191,1 bilhões

CUSTEIO AGRÍCOLA E PECUÁRIO

Montante: R\$ 151,1 bilhões

Limite de contratação: R\$ 3 milhões

Taxa de Juros: 7% a.a

Avicultura

Piscicultura

Limite de contratação: R\$ 200 mil

Suinocultura

Avicultura

Piscicultura

Limite de contratação: R\$ 500 mil

Suinocultura

PRONAMP

Enquadramento: R\$ 2 milhões

Limite de contratação: R\$ 1,5 milhão

Taxa de Juros: 6% a.a

INVESTIMENTO

Montante: R\$ 40 bilhões

ABC

ABC - Reserva Legal e APP

Montante: R\$ 2 bilhões

Taxa de Juros: 6% a.a

Taxa de Juros: 5,25% a.a

PRONAMP

Enquadramento: R\$ 2 milhões

Taxa de Juros: 6% a.a

INOVAGRO

Montante: R\$ 1,15 bilhão

Taxa de Juros: 6% a.a

Limite de contratação: R\$ 1,3 milhão

PCA

Montante: R\$ 2,15 bilhões

Grãos: 100% do projeto

Demais produtos R\$ 25 milhões

Taxa de Juros: 6% a.a

Taxa de Juros: 5,25% a.a [armazéns até 6 mil toneladas]

**Programa de Subvenção ao
Prêmio do Seguro Rural - PSR**

Orçamento 2019: R\$ 600 milhões

Fonte: MAPA - Elaboração: DETEC/Sistema FAEP

FAEP promove curso sobre eSocial e leis trabalhistas

Encontros são voltados a funcionários de Sindicatos Rurais que prestam serviços de folha de pagamento a produtores



Nos meses de junho e julho, a FAEP promove cinco turmas de uma formação sobre o eSocial, novo sistema eletrônico de registro, elaborado pelo governo federal, para facilitar a administração de informações relacionadas aos trabalhadores e as leis trabalhistas. Os encontros são voltados a funcionários dos Sindicatos Rurais que prestam serviços de folha de pagamento aos produtores. As turmas terão até 30 alunos. O curso tem 16 horas de duração, divididas em dois dias. A iniciativa terá a participação do Departamento Jurídico da FAEP e também da Receita Federal.

eSocial

A partir de julho, os produtores rurais terão que implantar o eSocial. O sistema criado pelo governo pretende unificar o envio de informações relativas aos trabalhadores. Hoje, esse envio é feito por diversos formulários e dificulta a centralização de dados. “A atualização dos Sindicatos Rurais para que possam prestar serviços de qualidade é algo fundamen-

tal para atender o que diz a Lei. Essa é uma preocupação constante da FAEP, que ao longo dos anos sempre tem concedido toda a assessoria necessária aos Sindicatos Rurais para seguirmos firmes no desenvolvimento de toda a cadeia produtiva”, diz o presidente da FAEP, Ágide Meneguette.

De acordo com o governo federal, o eSocial vai reduzir custos e tempo da área contábil das empresas na hora de executar 15 obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas. Em uma estimativa inicial, os dados de 40 milhões de trabalhadores devem ser abrangidos, com a participação de mais de 8 milhões de empresas e 80 mil escritórios de contabilidade. As empresas de maior porte já se adequaram ao novo sistema.

A partir de julho, as mudanças na rotina das empresas menores, no dia a dia dos produtores rurais, envolvem o envio periódico, em meio digital, das informações para a plataforma do eSocial, dados já registrados, atualmente, em algum meio, como papel e outras plataformas online.

No entanto, com a entrada em vigor do sistema, o caminho será único. Todos esses dados, obrigatoriamente, serão enviados ao governo federal, exclusivamente, por meio do eSocial Empresas. Esses detalhes serão todos tratados no curso promovido pela FAEP. As inscrições precisam ser realizadas até o dia 15 de junho pelo e-mail sindical@faep.com.br. Outras informações podem ser obtidas pelo e-mail ou pelo telefone (41) 2169-7958.

Serviço

20 e 21 de junho	CTA de Assis Chateaubriand
25 e 25 de junho	CTA de Ibiporã
28 e 29 de junho	Mandaguaçu
4 e 5 de julho	Pato Branco
12 e 13 de julho	Curitiba

Local: com exceção dos cursos nos CTA's da FAEP, os locais nos outros municípios serão informados após a inscrição.

IAP desobriga licenciamento ambiental para destinação de animais mortos

Medida busca minimizar os reflexos decorrentes da greve dos caminhoneiros, que causou a morte de milhões de aves e suínos no Paraná



O Instituto Ambiental Paraná (IAP) editou uma Portaria que regulamenta o descarte de animais em situações de emergência. O documento assinado pelo diretor-presidente da entidade, Paulino Heitor Mexia, dispensa o Licenciamento Ambiental Estadual para o enterrio ou destruição de animais mortos. As medidas adotadas pelo IAP atendem a necessidade de suinocultores e avicultores do Paraná que precisam sacrificar seus animais por conta da falta de ração para alimentação decorrente da greve dos caminhoneiros. A Portaria da entidade atende uma solicitação da FAEP, que, diante dos relatos dos produtores rurais, identificou a necessidade urgente de descarte dos animais mortos.

A medida considera as normas da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar) para sacrifício sanitário de bovinos e búfalos reagentes positivos para brucelose ou tuberculose, além de outros animais, em situação de caráter emergencial, como no caso da greve dos caminhoneiros.

Ana Cecília Nowaki, chefe de gabinete da presidência

do IAP, lembra que em função da greve dos caminhoneiros, os pecuaristas não estão conseguindo encaminhar animais para industrialização.

“Flexibilizamos de uma maneira geral a portaria que regulamenta o descarte em locais dentro da propriedade e dispensamos a questão do licenciamento, por ser uma situação de emergência”, enfatiza.

Nowaki detalha que a portaria descreve os critérios para seleção das áreas da propriedade. “É preciso que o descarte ocorra em áreas que não atinjam lençóis freáticos e também não podem ser escolhidos locais dentro de áreas de preservação permanente. A medida abre possibilidade de fazer esse descarte temporário”, aponta. De acordo com a portaria, estão dispensados de licenciamento os casos em que seja determinado o sacrifício sanitário dos animais, que a mortandade seja causada por problemas de manejo, inclusive falta de alimentação e em situações causadas por eventos climáticos severos.

Para a destruição da carcaça por meio da queima a céu aberto, deverá haver a declaração da Adapar de situação de emergência sanitária. Caso haja necessidade de enterro dos animais mortos, o local escolhido pelo responsável legal da propriedade deve respeitar a legislação ambiental, estar em áreas mais altas da propriedade, distantes de recursos hídricos e fora de Áreas de Preservação Ambiental.

A chefe de gabinete completa que a Portaria vai ter um efeito não apenas nesse episódio da greve. Sempre que houver alguma situação de emergência, passam a valer essas normas flexibilizadas para a destinação das carcaças de animais mortos. “Vamos supor que ocorra um desastre natural que afete criações de frangos ou suínos, nesse caso a Portaria passa a vigorar”, explica. Qualquer dúvida que o produtor tenha sobre o descarte correto, basta procurar os responsáveis técnicos pelas granjas.

Após prejuízo bilionário, agronegócio começa a retomar normalidade

Setores de giro rápido, como leite, aves, suínos e hortifrútiis foram os mais prejudicados. Produtores estimam que serão necessárias semanas para que mercado se normalize



Nas últimas semanas de maio, a greve dos caminhoneiros parou o Brasil. A manifestação reivindicava, entre outros pontos, a redução do preço do diesel e uma política de controle do valor dos fretes. Os setores mais vulneráveis, que dependem diariamente da logística, como leite, aves, suínos e hortifrútiis, foram os mais afetados. Mas o movimento impactou praticamente todas as cadeias produtivas, trazendo consequências para o campo e para a cidade. As sequelas ainda vão demorar meses para serem sanadas, como contam produtores que sofreram com a paralisação.

O setor de hortaliças amargou diversos prejuízos com o impedimento de transportar os alimentos – altamente perecíveis – até os centros consumidores. O produtor Cristiano Krupa, da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba, avalia que,

ao todo, os prejuízos decorrentes da greve somaram R\$ 100 mil na sua propriedade. “Agora tudo voltou ao normal, mas vai demorar um ano pelo menos para eu recuperar esse dinheiro”, afirma. Suas perdas se referem a cerca de 15 toneladas de mini-tomates de diversas variedades e outras 2 mil caixas de morango. Nos dias da greve, havia três caminhões de um grupo de horticultores do município, do qual Krupa faz parte, presos nas estradas.

Na avicultura, o técnico agrícola Aldair Rodrigues Caniatto, de Mandaguari, no Norte do Paraná, comenta que aos poucos a cadeia produtiva do frango como um todo vai retornando à normalidade. Durante a greve, na região dele houve granjas que tiveram lotes inteiros perdidos por falta de alimento. Na visão do profissional, apesar da retomada dos fretes, devem ser vários meses até que tudo se assente. “É difícil dizer se vamos levar três, quatro ou seis meses para ter um mercado totalmente normalizado, mas é certo que vai ser um período longo”, pontua.

O ponto mais urgente, que era a normalização do abastecimento de ração às granjas, já está ocorrendo, segundo Caniatto. “Com a retomada dos fretes, não tivemos mais casos de mortalidade generalizada. Teve um aumento na

taxa de mortalidade e o peso também foi afetado. Isso vai ter reflexos, porque mesmo estabelecendo a ração, não tem como recuperar o dobro de peso e chegar no fim do ciclo como se nada tivesse acontecido. Isso com certeza vai impactar no custo”, revela.

O que preocupa o setor de aves de modo geral é que antes da greve já havia uma dificuldade em relação às exportações, com algumas plantas impedidas de vender à União Europeia. “A indústria ainda não está totalmente normalizada, eu diria que vai ao menos uns 30 dias para que passem esses lotes prejudicados. E depois disso tem o fator mercado, tem que ver como tudo vai se comportar daqui para frente, com as negociações no comércio exterior”, relata.

Euclênio Vendrametto Júnior, pecuarista de leite, relata que na quinta-feira, dia 31 de maio, o transporte começou a voltar à normalidade. “Naquele dia eu ia ter que descartar mais de 2 mil litros de leite, mas acabou vindo um caminhão e a produção começou a ser levada para a indústria. Fiquei seis dias sem nenhum caminhão vindo à propriedade, tive um prejuízo de mais de R\$ 8 mil”, lembra o produtor.

Café

No que se refere ao café, que estava em plena colheita durante o período que durou a greve dos caminhoneiros, não foram registradas perdas significativas, até porque o produto não é perecível como frutas, carnes e hortaliças. Porém, houve transtornos comerciais, principalmente para aqueles que exportam o grão paranaense. “Prejuízo acaba não dando, mas atrapalha o relacionamento com o cliente. Além disso, como atrasa para exportar, atrasa para receber também”, observa Lucas Tironi, assistente financeiro da Capricórnio Coffess, que envia café do Paraná e São Paulo para mais de 30 países.

Apoio à greve

No período em que ocorreu o movimento, a solidariedade uniu diversos setores. No Paraná, dezenas de sindicatos rurais aderiram à luta contra os altos preços dos combustíveis. No dia 22 de maio, a FAEP enviou ofício aos deputados estaduais, parlamentares do Congresso Nacional, à governadora do Estado e ao presidente da República, solicitando soluções urgentes para reduzir a carga tributária incidente sobre a gasolina, o diesel e o etanol, que pode chegar a 40% do preço na bomba.

O documento, assinado pelo presidente da Federação, Ágide Meneguette, destacou que o preço abusivo dos combustíveis impacta fortemente os produtos agropecuários. Além do óleo diesel ser utilizado nos equipamen-

Levantamento

O Departamento Técnico do Sistema FAEP/SENAR-PR elaborou um levantamento que revelou os reflexos da paralisação dos caminhoneiros no agronegócio do Paraná. O documento destacou que cerca de 59 milhões de frangos deixaram de ser abatidos no Estado, causando um prejuízo em torno de R\$ 20 milhões. No caso dos suínos, foram 245 mil que deixaram de ser processados, o que resulta em saldo negativo na casa dos R\$ 107 milhões. O estudo fala ainda em perdas de R\$ 84 milhões nos bovinos de corte, R\$ 70 milhões no leite e detalha os impactos em outros setores. O material completo está disponível no site da FAEP, no link Serviços.

tos de plantio e colheita, o custo também incide sobre o transporte dos produtos até os pontos de venda. Diante disso, o dirigente solicitou aos governantes medidas urgentes para reduzir a pesada carga tributária incidente sobre os combustíveis.

Ao final de uma semana de protestos, com o país à beira de um colapso, o governo federal cedeu às pressões e reduziu os tributos federais (Cide e Pis/Cofins) que incidem sobre o óleo diesel em R\$ 0,46, por um período de 60 dias. Também foram concedidas, através de Medidas Provisórias, a isenção de pagamento de pedágio dos eixos suspensos dos veículos, a destinação de 30% dos fretes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para caminhoneiros autônomos e preço mínimo para os fretes.

Diante destas medidas, a FAEP emitiu nota solicitando o restabelecimento do transporte. O abastecimento de combustíveis e de alimentos chegava a um nível crítico e, uma vez que a reivindicação dos caminhoneiros foi atendida, não existia mais razão para protestos.

No que pese as reivindicações dos manifestantes terem sido justas e contarem com o apoio da FAEP, também houve consequências indesejadas. Dois eventos do roteiro do 2º Seminário Regional de Formação de Professores do Agrinho, por exemplo, que aconteceriam em Ponta Grossa (Campos Gerais) no dia 28 de maio e Curitiba, no dia 29, tiveram que ser cancelados pela impossibilidade de os participantes chegarem até o local do encontro.

Da mesma forma, cursos do SENAR-PR que iriam ter início durante as semanas do protesto, tiveram que ser re-marcados devido à falta de materiais didáticos, que não chegaram a tempo para as aulas.

Perdas exigem ações para garantir seguro

Produtor deve comunicar ao agente de seguro ou Proagro para a realização de vistoria por um perito designado



O clima não tem colaborado com a safra de inverno. O mês de abril registrou baixa quantidade de chuvas, o que gerou problema no desenvolvimento das lavouras de milho e no plantio do trigo. Apesar da volta das chuvas em maio, ainda não foi suficiente minimizar totalmente os prejuízos gerados por conta das intempéries climáticas.

Muitos produtores rurais, conforme relatos do campo, irão registrar perdas na safra de inverno, principalmente com o milho safrinha. Diante deste cenário, para que o agricultor não perca os direitos à cobertura do Proagro e/ou Seguro Agrícola, o Departamento Técnico (Detec) da FAEP elaborou um guia, em caso de sinistro. O produtor que identificar perdas relevantes na lavoura por conta de evento climático deve comunicar ao agente de Seguro Agrícola e/ou Proagro o mais rapidamente possível para

que a vistoria, por um perito designado, seja realizada o quanto antes. Confira as orientações:

Seguro Agrícola

Para que o produtor seja atendido na solicitação de cobertura do sinistro, precisa certificar-se do cumprimento das suas obrigações estabelecidas na apólice do seguro:

— Conduzir a cultura respeitando o zoneamento agrícola divulgado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e conforme as recomendações técnicas dos órgãos oficiais e entidades técnicas especializadas visando atingir a produtividade esperada, sobretudo no que se refere à quantidade, variedade e sanidade das sementes/mudas empregadas, época de plantio e tratos



culturais e fitossanitários adequados;

— Permitir à seguradora a inspeção dos bens segurados pelas pessoas por ela autorizadas a qualquer momento e facilitar o acesso a todos os detalhes e informações necessárias para a devida apreciação do risco;

— Comunicar imediatamente à seguradora todas as circunstâncias que possam afetar ou alterar o risco descrito na proposta de seguro;

— Não erradicar a cultura ou realizar a colheita sem autorização da seguradora;

— Comunicar à seguradora o período previsto de colheita para que o perito realize a vistoria final com avaliação da produtividade a ser obtida na área segurada;

— Apresentar à seguradora, quando solicitado, as notas fiscais dos insumos (sementes, fertilizantes e defensivos) utilizados na área segurada. Esses documentos devem estar em nome do segurado e da propriedade;

— Adotar todas as providências cabíveis para preservar os salvados, não podendo abandoná-los quando ocorrer sinistro que atinja bens cobertos pelo seguro;

— Autorizar qualquer representante da seguradora a obter informações sobre produções colhidas, área plantada, insumos aplicados e outros elementos necessários nas máquinas de beneficiamento, cooperativas, centros de abastecimentos, armazéns gerais, firmas compradoras, indústrias e entidades bancárias com as quais a cultura segurada estiver ou vier a estar vinculada;

— Em diversos seguros, é possível usar semente própria ou semente salva, desde que o produtor tenha registrado junto ao Mapa, na safra anterior, o interesse em guardar parte da produção para usar como semente na safra seguinte.

Apuração do prejuízo

O perito designado pela seguradora fará a apuração dos prejuízos ocasionados pelos eventos climáticos e avaliará a produtividade na área segurada.

Em alguns seguros o cálculo da indenização será efetuado com base na produtividade média de toda a área segurada. Em outros, a produtividade é calculada por propriedade ou até por talhão. Esse critério de mensuração da produtividade deve estar claramente definido e ser conhecido pelo produtor.

Laudo de inspeção de danos

O segurado ou seu representante legal deverá acompanhar os trabalhos de levantamento dos prejuízos do perito designado pela seguradora e ler atentamente as informações registradas no laudo de perícia, pois esses dados serão considerados para o cálculo e pagamento da indenização.

Caso discorde das conclusões dos peritos deverá declarar e assinar no próprio laudo suas razões para a discordância, as quais serão analisadas pela seguradora.

Recebimento de indenizações

Conforme a Superintendência de Seguros Privados (Susep), órgão do governo federal que regula o mercado de seguros privados:

— “A liquidação dos sinistros deverá ser feita num prazo não superior a 30 dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos apresentados pelo segurado ou beneficiário”.

— “A contagem do prazo poderá ser suspensa quando, no caso de dúvida fundada e justificável, forem solicitados novos documentos, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências pelo segurado ou beneficiário”.



— “É essencial que o segurado ou beneficiário solicite à seguradora o protocolo que identifique a data do recebimento do aviso de sinistro e respectivos documentos”.

Proagro

Quando ocorrer um evento amparado pelo Proagro que cause perdas na lavoura:

— O agricultor precisa comunicar ao agente financeiro a ocorrência de perdas imediatamente após certificar-se que um evento (chuva excessiva, granizo, seca, ou outro amparado pelo Proagro) causou danos que reduzam o rendimento esperado da lavoura. O agente financeiro indicará um perito para vistoriar a lavoura;

— Aguardar a vistoria do perito indicado pelo agente financeiro;

— Não colher nenhuma parte da lavoura antes da vistoria do perito;

Quando o perito realizar a vistoria para comprovação das perdas

— Acompanhar pessoalmente o perito na vistoria da lavoura ou designar uma pessoa para isso;

— Certificar-se de estar de acordo com as informações

que o perito colocou em seu laudo, principalmente sobre a previsão da quantidade e qualidade do produto a ser colhido;

— Se houver perda da qualidade do produto, isso deve ser expresso claramente no laudo;

— Após a vistoria do perito, o agricultor precisa adotar todas as práticas recomendadas para minimizar os prejuízos e evitar o agravamento das perdas;

Quando houver agravamento de perdas

— Se o perito fez a vistoria, estimou a produção a ser obtida e após sua visita o evento continuou a prejudicar a lavoura, ou ocorreu outro evento que baixou a quantidade e qualidade do produto, o agricultor deve dirigir-se ao assistente técnico e ao agente financeiro e comunicar que as perdas se agravaram;

— O agente financeiro agendará uma nova vistoria;

— Acompanhar a vistoria e certificar-se de concordar com os dados registrados no laudo do perito sobre a quantidade e qualidade de produto a ser colhido;

Quando o perito liberar a lavoura para ser colhida

— Efetuar a colheita, comercializar o produto e levar imediatamente a primeira via das Notas Fiscais ao agente financeiro.

— Se discordar do cálculo da cobertura, o produtor pode apresentar recurso à comissão especial de recursos – CER Proagro

— O agente do Proagro tem prazo de até quinze dias úteis após o recebimento do relatório final de comprovação de perdas para fazer a análise e o julgamento do pedido de cobertura, e cinco dias úteis após sua decisão para comunicar ao beneficiário o resultado sobre o pedido de cobertura.

— Caso o agente negue o pedido de cobertura, ou o produtor discorde do cálculo da indenização, o produtor tem o prazo de 30 dias para recorrer, por meio de pedido de revisão apresentado ao agente.

— Se o agente mantiver o julgamento anterior, o recurso será encaminhado à Comissão Especial de Recursos (CER), que funciona no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

— O recurso deve ser formalizado por meio de pedido assinado pelo produtor rural ou por seu procurador, de acordo com formulário padrão, que o agente deve fornecer ao produtor rural.

— Para fazer o recurso à CER, o produtor rural ou seu procurador tem direito a ver os autos do processo em poder do agente do Proagro.

Brasil obtém reconhecimento da OIE

Na Assembleia Geral em maio, em Paris, país recebeu o certificado de área livre de febre aftosa com vacinação. Paraná esteve representado por assessor da FAEP



Ronei Volpi da FAEP, Inácio Kroetz da Adapar e o ministro Blairo Maggi

O diretor executivo do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná (Fundepec) e assessor da presidência da FAEP, Ronei Volpi, participou da 86ª Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), realizada em Paris (França), entre os dias 20 e 25 de maio. Volpi, ao lado do diretor presidente da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), Inácio Kroetz, representou o Paraná no evento, que também contou com a presença de autoridades brasileiras, como o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi.

Durante a Assembleia Geral, o Brasil recebeu o reconhecimento como área livre de febre aftosa com vacinação. O novo status sanitário se aplica a todos os Estados. Apenas Santa Catarina possui status de área livre da febre aftosa sem vacinação, uma condição sanitária superior que permite a entrada em mercados mais exigentes, que pagam mais pela qualidade dos produtos.

“Esse é mais um motivo para o Paraná dar o próximo passo que é buscar o status de área livre sem vacinação”, observa Volpi.

O Estado vem pleiteando a antecipação desse status junto à OIE. O Programa Nacional de Erradicação de Febre Aftosa (PNEFA), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), colocou o Paraná em um bloco com outras 11 unidades da federação (Bahia, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Sergipe, Tocantins, São Paulo e o Distrito Federal), que se tornariam livres da doença sem vacinação apenas em 2023. A proposta das entidades representativas da pecuária paranaense é antecipar a retirada da vacina para 2020.

“Notadamente nossas carnes bovina e suína ainda não conseguem entrar em mercados mais atrativos do ponto de vista comercial, como Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos, que pagam mais pela qualidade”, avalia Volpi. Com a mudança futura de status, o Paraná poderia vender para estes países.

Brasileiros

Outro ponto importante da reunião foi a condução de dois brasileiros a cargos diretivos na OIE. “Há pouco tempo, o Brasil assumiu um lugar como player mundial nas proteínas animais, mas devido à competência do corpo técnico, passamos a ocupar cada vez mais espaço na OIE”, analisa o dirigente do Fundepec.

Por meio da eleição dos delegados da entidade, o médico veterinário do Mapa, Bernardo Todeschini, conquistou uma vaga para a Comissão de Normas para Animais Terrestres. Também o médico veterinário e professor titular da Universidade de Brasília (UnB), Vítor Salvador Picão Gonçalves, que foi alçado a uma vaga na Comissão Científica para Enfermidades Animais. “Essas funções são estratégicas para o Brasil, pois participam ativamente das decisões técnicas da entidade”, afirma Volpi.

UNIÃO DOS POVOS A PARTIR DA

BOLA

Primeira Copa do Mundo, no Uruguai, em 1930, exigiu um esforço pessoal de Jules Rimet. Hoje, o evento esportivo atrai milhões de pessoas ao redor do planeta





No dia 14 de junho, quando a bola começar a rolar no estádio Lujniki, em Moscou, na Rússia, para a seleção local e a Arábia Saudita estará aberta oficialmente a 21ª edição da Copa do Mundo. Mas para se chegar a essa marca um longo caminho foi percorrido.

A primeira Copa do Mundo de futebol da história, realizada em 1930, no Uruguai, tinha por objetivo unir os povos dos dois hemisférios em torno do esporte bretão. Essa era a proposta de Jules Rimet, na época presidente da FIFA, que desde a juventude atuava contra as desigualdades sociais, sendo politicamente ligado à democracia cristã.

No âmbito esportivo, Rimet criou, em 1897, o Red Star Club, um conjunto poliesportivo destinado à participação de operários, buscando estimular nesse clube aberto um convívio igualitário. Mas para levar esse ideal de confraternização à FIFA, ainda demoraria um tempo. A entidade máxima do futebol foi criada em 21 de maio de 1904 com o objetivo de coordenar as diversas associações nacionais e uniformizar as regras do jogo. Os países-membros iniciais foram França, Bélgica, Dinamarca, Holanda, Espanha, Suécia e Suíça. A Inglaterra, berço do futebol, entraria na instituição apenas um ano depois.

Rimet foi eleito presidente da Federação Francesa de Futebol em 1919, mas antes já havia tentado elaborar projetos para a organização de uma competição envolvendo diversos países praticantes do esporte.

A dificuldade principal era o conflito bélico em torno da Primeira Guerra Mundial. Depois do fim do conflito, Rimet tentou utilizar o esporte como meio de diplomacia entre os países que estavam anteriormente em guerra. Tal situação foi dificultada pelo fato de os países rivais dificilmente se enfrentarem. Isso ocorria apenas com as equipes dos países aliados. Mas mesmo com as dificuldades, ele não se afastou de seu objetivo.

Em 1º de março de 1921, Rimet foi eleito presidente da FIFA com o objetivo principal de realizar uma Copa do Mundo. Os Jogos Olímpicos de Paris, realizados em 1924, reforçaram a sua defesa do caráter diplomático do esporte e um meio de difusão dos princípios de paz e confraternização. Durante a competição, o futebol apresentado pela equipe do Uruguai encantou os espectadores e mostrou também que havia no país da América do Sul uma população apaixonada pelo esporte. Rimet percebeu que poderia ser nesse país o local para a realização da primeira Copa do Mundo.

Em 1925, Rimet encontrou-se com o embaixador uruguaio Enrique Buero, em Genebra, na Suíça. O

uruguaio gostou da ideia apresentada pelo francês de que o país sul-americano poderia sediar a primeira Copa do Mundo. Todavia precisaria antes convencer os demais membros da FIFA a realizar o evento e escolher o Uruguai como sede.

Para o convencimento dos dirigentes, havia o desafio de realizar um projeto muito bem estruturado, principalmente no aspecto financeiro, que não causasse prejuízos à FIFA. Rimet organizou a formação de uma comissão, composta com o intuito de elaborar o projeto para a realização do evento. Apresentado em 26 de maio de 1928, ele estipulava que, para a realização da Copa do Mundo, seria dada uma garantia financeira pelo país organizador, que consistia no pagamento das despesas de viagem e estadia dos participantes da competição.

Entre os países que disputaram a eleição para ser o país-sede, estavam Hungria, Itália, Holanda, Espanha, Suécia e Uruguai (o escolhido). Pesou a favor do Uruguai principalmente o fato de ter sido bicampeão olímpico em 1924 e 1928 e por estar comemorando, em 1930, o centenário de sua independência. Para a competição, o Estado uruguaio inclusive construiu um imenso estádio para receber as partidas mais importantes da competição. Com 108 mil lugares, o estádio Centenário foi o palco da grande final entre os rivais Argentina e Uruguai. Os presentes no estádio ficaram em festa com a comemoração da vitória uruguaia por 4 a 2.

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar do Estado do Paraná / CONSECANA-PR

RESOLUÇÃO Nº 03 - SAFRA 2018/19

Os conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 24 de maio de 2018, na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em maio de 2018 e o valor final do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2018/19, que passam a vigorar a partir de 1º de junho de 2018.

Os preços médios do quilo do ATR, por produto, obtidos no mês de maio de 2018, conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM MAIO DE 2018 - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,96%	48,63	1,60%	46,39
AME	46,26%	50,33	36,62%	50,76
EAC - ME	4,00%	1.945,40	3,20%	1.971,68
EAC - MI	10,19%	1.753,78	18,01%	1.862,47
EA - of	0,04%	1.914,81	0,05%	1.968,19
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	38,18%	1.513,14	40,08%	1.542,69
EH - of	0,37%	1.527,45	0,45%	1.583,82
obs: EAC - ME + MI + of	14,23%	1.808,05	21,26%	1.879,16
EHC - ME + MI + of	38,55%	1.513,28	40,52%	1.543,14

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,96%	0,5514	1,60%	0,5260
AME	46,26%	0,5730	36,62%	0,5779
EAC - ME	4,00%	0,6844	3,20%	0,6937
EAC - MI	10,19%	0,6170	18,01%	0,6553
EA - of	0,04%	0,6737	0,05%	0,6925
EHC - ME	0,00%	-	0,00%	-
EHC - MI	38,18%	0,5556	40,08%	0,5664
EH - of	0,37%	0,5608	0,45%	0,5815
Média		0,5751		0,5902
obs: EAC - ME + MI + of	14,23%	0,6361	21,26%	0,6611
EHC - ME + MI + of	38,55%	0,5556	40,52%	0,5666

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO PARANÁ - SAFRA 2018/19 (PREÇOS EM REAIS À VISTA)

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU (SEM IMPOSTOS)

Produtos	Mix	Média
AMI	0,24%	46,39
AME	56,34%	47,23
EAC - ME	0,49%	1.971,68
EAC - MI	19,69%	1.763,32
EA - of	0,01%	1.968,19
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	23,17%	1.562,61
EH - of	0,07%	1.583,82

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

Produtos	Mix	Média
AMI	0,24%	0,5260
AME	56,34%	0,5377
EAC - ME	0,49%	0,6937
EAC - MI	19,69%	0,6204
EA - of	0,01%	0,6925
EHC - ME	0,00%	-
EHC - MI	23,17%	0,5737
EH - of	0,07%	0,5815
Média		0,5631

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	61,49	68,68
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	61,49	68,68

Maringá, 24 de maio de 2018

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO / Presidente
DAGOBERTO DELMAR PINTO / Vice-presidente

Portal fora do ar

Os serviços do portal www.car.gov.br estão indisponíveis até o dia 18 de junho. O motivo é a manutenção do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), para a melhoria de performance, disponibilização de versões atualizadas e novas aplicações. Durante este período as inscrições no CAR e propostas simplificadas de PRA pelos módulos off-line podem ser realizadas normalmente e os arquivos “.CAR” e “.PRA”, respectivamente, podem ser salvos para envio no Sicar a partir do dia 18. Vale lembrar que o prazo de inscrição no CAR foi prorrogado até 31 de dezembro deste ano.

Apresentação do recibo do CAR

O Banco Central do Brasil prorrogou a data de obrigatoriedade de apresentação do recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para a concessão de crédito rural. Com a medida por parte da entidade, a obrigatoriedade para a concessão de crédito rural para o financiamento de atividades agropecuárias passou para o dia 1º de dezembro de 2019.

Revisão de termo de compromisso

Os proprietários rurais do Paraná têm até 31 de dezembro de 2018 para solicitar revisão de Termos de Compromisso firmados com base no extinto Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente (Sisleg). O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) publicou Portaria que prorroga o prazo. O Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012) estabeleceu regras transitórias, com dimensões menores de recomposição de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reserva Legal (RL) de áreas consolidadas. Com base nisso, e no Decreto Federal nº 8.235/14, os proprietários rurais podem

requerer a revisão dos termos de compromisso com os órgãos ambientais estaduais com base no código anterior.



Campanha de Vacinação Contra Febre Aftosa

A campanha de vacinação contra febre aftosa foi prorrogada pela Adapar. Em caráter excepcional, a etapa de maio de 2018 segue até o dia 15 de junho de 2018. O motivo principal é a paralisação dos caminhoneiros, que afetou a distribuição e venda de vacinas. A Portaria da Adapar reforça a obrigatoriedade da vacinação nos bovinos e búfalos com até 24 meses de idade, sendo necessária a comprovação da aplicação da vacina.



SÃO MANOEL DO PARANÁ

JAA

O curso JAA - Jovem Agricultor Aprendiz - cenário agrossilvipastoril - preparando para gestão começou no dia 8 de março, por promoção do Sindicato Rural de Cianorte e Colégio Estadual Duque de Caxias, na cidade de São Manoel do Paraná. Até o dia 20 de agosto, a instrutora Fernanda Santos Marcuz irá capacitar 21 jovens.



UMUARAMA

AGRINHO

O Sindicato Rural de Umuarama e Secretaria de Educação e Prefeitura Municipal de Umuarama promoveram o Programa Agrinho - histórico, metodologia e regulamento - 8 horas, no dia 20 de abril. A instrutora Eliana Cristina Fedrigo sensibilizou 29 docentes.



RONDON

COLHEDORA DE CANA

Entre os dias 6 e 17 de fevereiro, o Sindicato Rural de Rondon promoveu o curso de Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes Colhedora de Cana. O instrutor Claudio Rodrigues da Costa treinou 12 pessoas.



IVAÍ

CULTIVO DE FUMO

Sindicato Rural de Ivai organizou o curso Trabalhador no Cultivo de Fumo - manejo conservacionista de solo. Nos dias 14 e 15 de maio, o instrutor Luiz Sérgio Krepi capacitou 10 pessoas.



CAMPINA DA LAGOA

TRABALHADOR NA FLORICULTURA

O curso Trabalhador na Floricultura - básico em floricultura aconteceu nos dias 13 e 17 de abril e 4 de maio, por promoção do Sindicato Rural de Campina da Lagoa. O instrutor Geremias Cilião de Araujo Junior capacitou 12 produtoras e trabalhadoras rurais.



BANDEIRANTES

AGRICULTURA DE PRECISÃO

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou o curso Trabalhador na Agricultura de Precisão introdução à agricultura de precisão, entre os dias 15 e 17 de maio. Um grupo de 15 pessoas foi treinado pelo instrutor Claudio José Zunta.



DOURADINA

AGRINHO

O Sindicato Rural de Umuarama, em parceria com a Secretaria de Educação e a Prefeitura de Douradina realizou, o Programa Agrinho - histórico, metodologia e regulamento - 8 horas, no dia 21 de maio. A instrutora Noremy Carla Lattanzio sensibilizou 27 docentes.



SULINA

TURISMO RURAL

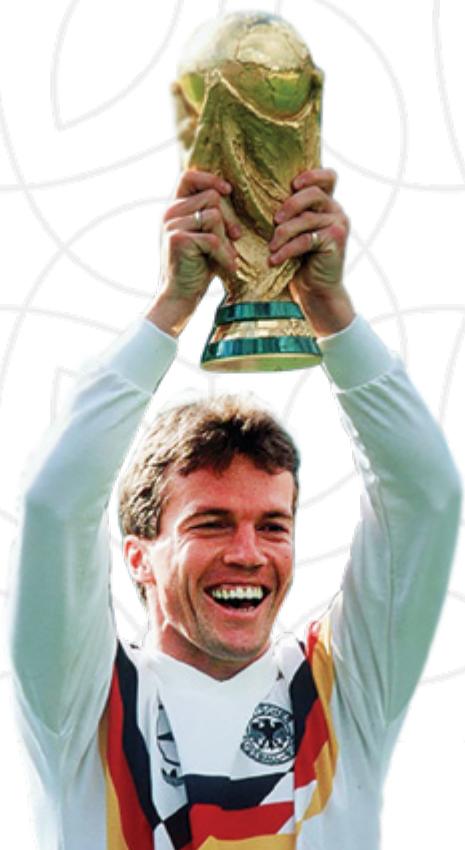
O curso Trabalhador em Turismo Rural - turismo rural e oportunidades de negócios ocorreu entre os dias 14 e 16 de maio, por promoção do Sindicato Rural de Chopinzinho e a Secretaria de Turismo de Sulina e Chopinzinho. Na ocasião, 12 pessoas foram treinadas pelo instrutor José Rivaldo dos Santos.

VIA RÁPIDA



Confrontos

Brasil e Suécia são as seleções que mais se confrontaram na história das Copas. Ao longo de todas as edições foram sete disputas, sendo duas delas no Mundial de 1994, disputado nos Estados Unidos.



Jogador mais participativo

O meia alemão Lothar Matthäus é o jogador que mais competiu em partidas de Copa do Mundo, com 25 jogos. É também o atleta com o maior número de presenças no torneio, com cinco edições, sendo campeão em 1990 e vices em 1982 e 1986. Matthäus divide este título com o goleiro mexicano Antonio Carbajal, que atuou entre 1950 e 1966.

Árbitros

Os árbitros que mais apitaram jogos em Mundiais são o mexicano Benito Archundia, o francês Joel Quiniou e o uruguaio Jorge Larrionda, todos com oito participações. Carlos Eugênio Simon é o árbitro brasileiro que mais participou, apitando sete jogos nas copas 2002, 2006 e 2010.



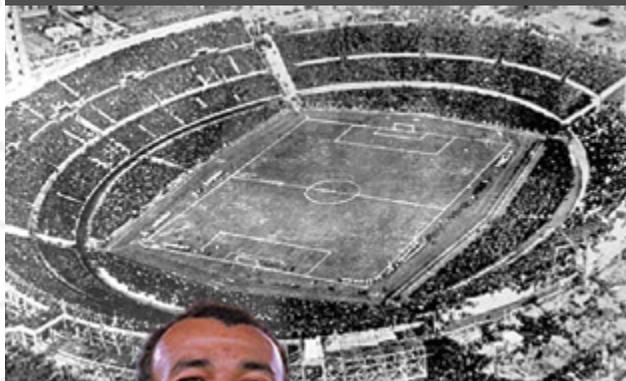
Cartões

Os cartões vermelho e amarelo, tão conhecidos pelas mãos dos árbitros, só foram introduzidos na Copa de 1970, criados pelo presidente da comissão de arbitragem e ex-juiz, Ken Aston. Aquela Copa ainda trouxe outra novidade: a FIFA permitiu que pudessem trocar dois jogadores por jogo e ter cinco atletas na reserva.



Cidades e estádios

De 1930, ano da primeira Copa do Mundo, a 2014, 185 estádios em 155 cidades diferentes receberam jogos do torneio. A Cidade do México está no topo da lista, com um total de 23 partidas divididas entre as Copas de 1970 e 1986.



37 milhões

É a soma

dos públicos dos 836 jogos realizados nas 20 edições da Copa do Mundo, média de 44 mil torcedores por jogo.



Manto verde e amarelo

Cafu, capitão do Pentacampeonato, é o jogador que mais vestiu a camisa da seleção canarinho, num total de 20 jogos. O lateral tem no currículo 16 vitórias, além de participar das campanhas vitoriosas de 1994 e 2002. Já Ronaldo é o jogador que mais fez gols com o manto verde e amarelo. Foram 15 gols entre as Copas de 1994 e 2006.



UMA SIMPLES FOTO

Seleção Brasileira

O Brasil é a única seleção que participou de todos os Mundiais, num total de 104 jogos disputados, sendo 72 vitórias, 16 derrotas, 16 empates. Os atletas marcaram 224 gols. É também a seleção que mais levantou a taça, cinco vezes no total.



PRODUTOR RURAL

FIQUE ALERTA

O PRAZO PARA INSCRIÇÃO NO CAR E ADESÃO AO PRA TERMINAM EM

***31/12/2018**

NÃO PERCA OS BENEFÍCIOS DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

***PRORROGADO**

O SEU CAR ESTÁ CORRETO?

VOCÊ JÁ ADERIU AO PRA?

acesse www.iap.pr.gov.br e saiba mais



Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não Procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ____/____/____
Em ____/____/____ Responsável

Acesse a versão digital deste informativo:

sistematicafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistematicafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistematicafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

